

05 MAI 1996

NOSSA OPINIÃO

educação

O fim do 'apartheid'

Está finalmente em vigor a emenda constitucional que autoriza universidades públicas e instituições oficiais de pesquisa a admitir professores, cientistas e técnicos estrangeiros.

Cai assim o *apartheid* no mundo do saber — que a Constituição de 1988 criou, talvez involuntariamente, por injustificável descuido — dele banindo o estrangeiro que, não podendo ser servidor público, não podia também ser professor ou pesquisador em instituições públicas, por mais competente que fosse. E, a partir de 1990, quando se implantou o regime jurídico único, ele não poderia ensinar ou pesquisar nem mesmo como simples contratado, a menos que renunciasse à sua cidadania de origem.

Era um *apartheid* paradoxal, que fechou numa auto-suficiência incompreensível o país que não produzia sequer 1% da pesquisa mundial. E contra o qual, no entanto, só reagiram uns poucos participantes de nossa comunidade acadêmica e científica. Como o autor da emenda, deputado Sérgio Arouca. Por que foi assim?

A legislação arcaica, minuciosa e despótica que rege o ensino superior se esquece da finalidade embutida no nome: a excelência. Ela privilegia a letra — o diploma — sobre o espírito — o saber real. A tal ponto que mesmo um gênio da música ou arquitetura só poderá ensinar o que sabe numa faculdade se estiver munido do cunho.

A legislação cartorializa a oficialização da formação profissional, como bem sabem todos os que tiveram que registrar diplomas recebidos

no exterior, não importa se em Harvard, Oxford ou na Sorbonne. Enfim, ela burocratiza o papel social do professor, tratando-o como um servidor público a mais. Daí a facilidade com que se descamba para o corporativismo nas congregações acadêmicas e se desenvolvem defesas contra a avaliação, a comparação e a competição.

Por ter sido concebido e implantado por militares, escapando assim desses padrões absurdos, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) pôde se tornar centro de referência nos vários ramos da engenharia. Chamou um professor americano e o encarregou de contratar, onde quisesse, o resto do corpo docente. Na década de 60, ensinavam no ITA professores de 40 nacionalidades diferentes.

Com a mesma liberdade indispensável à criação de grandes obras, que se constitui no próprio espírito da autonomia universitária, foi fundada a Universidade de São Paulo (USP).

Seus fundadores partiram para os grandes centros de ensino superior da Europa, para buscar lá os mestres para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras — no seu entender, articulação orgânica entre as várias faculdades a comporem uma universidade.

Falta muito dessa liberdade e criatividade à universidade brasileira atual, enclausurada num modelo rígido, que a incapacita para atender às necessidades do momento, assim como à variedade realidade nacional.

Fechada em si mesma e burocratizada, dela não se podia esperar reação vigorosa e constante à escorregadela xenófoba da Assembléia Constituinte de 1988.

A legislação
cartorializa a
oficialização
da formação
profissional